

A fechar

Impõe-se acabar com a PPP do Hospital de Cascais

O governo PS resolveu prorrogar o contrato de parceria público-privado (PPP) com o Grupo Lusíadas Saúde, por mais dois anos, quando tinha a oportunidade perfeita para reverter para o Estado a gestão deste hospital.



Este tipo de parceria tem sido, até agora, um sugadouro de dinheiros públicos que apenas garantem rendimentos aos grupos privados à custa do erário público, dos direitos dos trabalhadores e do serviço prestado às populações, quando temos quadros altamente qualificados na administração pública para

assumir a responsabilidade destas instituições, com menos encargos e mais qualidade na prestação de serviços.

Os estudos e pareceres relativos às PPP na saúde resumem-se à ideia de que o relevante é saber se sai mais barato ou mais caro para o Estado fazer uma PPP ou o Estado assumir directamente a gestão. Mas esses estudos e os seus autores passam ao lado do que é essencial, ou seja, a prestação de cuidados de saúde, e omitem a precariedade que grassa entre os profissionais e a sobrecarga laboral a que estão sujeitos.

Os trabalhadores do Hospital de Cascais conhecem bem essa realidade a que somam as pressões, as ameaças de despedimento, o desrespeito constante e as faltas de material que põem ao ridículo qualquer estudo que se faça sobre a gestão privada na saúde. Esta é a realidade escondida da privatização da saúde por via das PPP, sentida pelos trabalhadores e utentes e é a razão, pela qual, o PCP exige o retorno do Hospital de Cascais à gestão pública, por muito que isso custe aos grupos económicos e financeiros que acumulam milhões de lucros à custa da doença dos portugueses.

PCP interroga governo sobre a carreira de Técnico Auxiliar de Saúde

Há vários anos que os trabalhadores da saúde, designadamente os que exercem funções de auxiliar de acção médica e as suas estruturas representativas reivindicam a criação da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde.

Para além desta reivindicação, os trabalhadores lutam há muitos anos pelo pagamento do abono de falhas. Recorde-se a existência de um despacho que estabelece que os trabalhadores titulares da categoria de Assistente Técnico da carreira geral de Assistente Técnico, que ocupem postos de trabalho que se reportam a áreas de tesouraria ou cobrança que envolvam a responsabilidade inerente ao manusea-

mento ou guarda de valores, numerário, títulos ou documentos, têm direito a receber Abono para Falhas.

Pese embora este diploma legal, os assistentes operacionais e assistentes técnico continuam sem receber o abono para falhas que lhes é devido.

Por fim, lutam pela aplicação das 35 horas a todos os trabalhadores independentemente do vínculo.

O Grupo Parlamentar do PCP questionou, por ocasião da audição do Ministro da Saúde, em sede de Comissão Parlamentar, da disponibilidade do Governo para nego-

ciar com as estruturas representativas dos trabalhadores e responder às suas justas reivindicações.

Na ausência de respostas o PCP voltou a endereçar a pergunta ao Ministro da Saúde, através do Presidente da Assembleia da República, tendo o Ministro da Saúde respondido que durante o ano de 2018 o Governo iria rever as carreiras e que estaria inclinado a defender a criação de uma carreira especial de técnico auxiliar de saúde. Ao que nós dizemos:

- está na hora do ministro iniciar as negociações com o sindicato.

Fevereiro 2018

UNIDADE

BOLETIM DO SECTOR DE EMPRESAS DO PCP NO CONCELHO DE CASCAIS



COM OS TRABALHADORES E O POVO
DEMOCRACIA E SOCIALISMO



Os trabalhadores do grupo CTT marcaram uma greve nacional e uma manifestação para 23 de Fevereiro, contra a redução de pessoal e o encerramento de lojas. Os quatro sindicatos defendem a reversão da privatização dos CTT – Correios de Portugal e um serviço postal universal de qualidade. **Pág. 2**

CONTINENTE/SONAE

Os trabalhadores das empresas de distribuição mantêm-se firmes contra a intenção do patronato de perseguir uma política de baixos salários e aumentos discriminatórios. **Pág. 3**

Autarquias

No Concelho de Cascais, o STAL continua a envidar esforços no sentido de criar condições no Município e nas Juntas de Freguesia para assinatura dos novos ACEP. **Pág. 3**

Hospital de Cascais

O Governo PS resolveu prorrogar a PPP do Hospital de Cascais quando tinha a oportunidade perfeita para reverter para o Estado a gestão deste hospital. **Pág. 4**

Ainda pode ler neste número:

Professores - A luta dos professores e a municipalização do ensino em Cascais. **Pág. 3**

Tratolixo - A vitória dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, demonstra que vale a pena lutar. **Pág. 3**

Manifestação 18 Novembro - A participação de Cascais na Manifestação de 18 Novembro. **Pág. 3**

Auxiliar de Acção Médica - PCP interroga governo sobre a criação da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde. **Pág. 4**



**MANIFESTAÇÃO
JUVENTUDE
TRABALHADORA**
28 Março

Luta e resiste com o PCP!
Denuncia os problemas do teu local de trabalho!
Adere ao PCP!

Contactos: e-mail: pcp.cascais@gmail.com
Telefone: 21.486.69.91



Editorial

PCP | a resposta aos problemas nacionais



O Comité Central do PCP esteve reunido no passado mês de Janeiro e procedeu à análise do quadro político nacional e internacional, pondo em evidência o que foram os dois últimos anos da nova fase da vida política nacional. Dois anos em que o PCP foi determinante para a recuperação de direitos e rendimentos e para as conquistas alcançadas, mesmo tendo o governo PS, em convergência com o PSD e o CDS, confirmado o seu compromisso com os interesses do grande capital e a sua submissão à União Europeia e ao Euro, impedindo uma resposta estrutural às questões centrais que se colocam ao País.

Uma nova fase que veio dar razão ao PCP, derrotando a tese da inevitabilidade da política de austeridade e demonstrando a importância do reforço da influência do PCP para a implementação de uma política que dê resposta aos problemas nacionais.

Mas este é um período marcado, também, por intensos ataques ao PCP e à própria democracia, com o intuito de travar a sua influência e fazer regressar a política de exploração e empobrecimento. A operação lançada em torno das alterações à lei do financiamento dos partidos políticos foi um momento mais da campanha anti-comunista e de condenação da acção política e da democracia. Sobre isto importa lembrar que PS, PSD e CDS votaram contra a proposta do PCP para cortar no financiamento público dos partidos, sendo, esses partidos, os que mais dependem das subvenções estatais para se financiarem: CDS-

96%; PSD-83%; BE-79%; PS-69%; PCP-11%.

A luta dos trabalhadores e do povo continua a ser o elemento decisivo para repor, defender e conquistar direitos e para alcançar uma política alternativa. Os trabalhadores e a população estão nas ruas pela reversão da privatização dos CTT e aproximam-se importantes datas de celebração que são momentos altos da luta reivindicativa dos trabalhadores e das populações: o Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, que terá no dia 10 de Março o momento maior com a Manifestação Nacional de Mulheres, promovida pelo MDM; o dia 28 de Março, Dia Nacional da Juventude, que terá na Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora o seu ponto alto; e, claro está, o 25 de Abril e o 1º de Maio, marcos incontornáveis de conquistas históricas da democracia e da luta dos trabalhadores.



Em destaque

Manifestação Nacional de trabalhadores do grupo CTT

Infelizmente este é mais um dos exemplos em que a história volta a dar razão ao PCP. No início deste processo de privatização cozinhado por PS, PSD e CDS, o PCP alertou para o facto de este caminho conduzir à degradação do serviço público, pois para o administrador privado só o lucro conta.

Hoje somos unânimes em dizer que o serviço esta pior e mais caro.

O pacote de medidas tornado público prevê o despedimento de mais trabalhadores, o encerramento de balcões e a

venda de património que é de todos nós. Tudo isto, claro está, para garantir que meia dúzia de gulosos ficam com os bolsos mais cheios.

No nosso concelho apesar de por enquanto não estar previsto o encerramento de balcões, todos nós sentimos que o serviço prestado está cada vez pior. Os atrasos multiplicam-se e o preço do serviço já aumentou 47% desde o início da privatização.

Exigimos a imediata reversão do processo de privatização dos CTT, a

recuperação total do controlo público desta Empresa. Não basta rever o processo de concessão para depois entregar a outro qualquer grupo económico. A todos o que é de todos!

Só a luta das populações poderá por termo a este crime e garantir que os correios possam voltar a ser um serviço público e de qualidade!

É necessário que no dia 23 de Fevereiro estejamos todos na rua, trabalhadores e população, para juntos reverter o processo de privatização!

No nosso Concelho

CONTINENTE/SONAE



Os trabalhadores das empresas de distribuição continuam a sua luta contra a intenção do patronato em perseguir uma política de baixos salários, com aumentos discriminatórios e propostas de redução do valor pago pelo trabalho suplementar e em dia feriado. A reacção da SONAE à luta dos trabalhadores não se fez esperar, iniciando uma campanha de manipulação da opinião pública com o intuito de branquear a imagem da empresa e travar a marcha de luta iniciada pelos trabalhadores. Foram lançadas notícias nos meios de comunicação social que tentam deturpar a verdade sobre os vergonhosos salários praticados pela empresa e sobre a sua atitude de desrespeito para com os seus trabalhadores, chegando ao cúmulo de propagar a ideia que é tudo tão bom e maravilhoso que se tornou a empresa mais atractiva para os jovens talentos. O PCP saúda a luta desenvolvida e apela ao reforço da união dos trabalhadores em torno do seu sindicato de classe, da CGTP-IN, para que mais forte se torne a unidade em torno das suas justas reivindicações.

Tratolixo

Os trabalhadores da Tratolixo, em Trajouce, viram finalmente atendidas as suas reivindicações de saúde e segurança no local de trabalho.

A resposta veio depois da participação na greve da administração pública, do passado dia 27 de Outubro, demonstrando que vale a pena lutar. Apesar deste avanço, são ainda várias as razões de descontentamento.

Professores

Tal como os restantes trabalhadores, os professores e educadores, do ensino público e privado, continuam a lutar pela aplicação de um conjunto de medidas em resposta aos problemas concretos com que se deparam no seu dia-a-dia, desde o descongelamento das carreiras, turmas com excesso de alunos, falta de condições de trabalho, horários sobrecarregados, autoritarismo dos directores, ausência de uma gestão democrática e participada e a necessidade de renovação de um corpo docente cada vez mais envelhecido.

No concelho de Cascais, cujo município aderiu à municipalização da Educação, para além das questões já referidas, outras se levantam e que interferem directamente no exercício de uma profissão cujo objectivo é formar e educar as mulheres e os homens do futuro.

O PCP exige a valorização da profissão docente e da Escola pública, universal, gratuita e de qualidade e rejeita a municipalização da educação que coloca em causa o carácter universal da Escola Pública, abrindo o caminho à futura privatização do ensino.

Autarquias – Negociações por novos ACEP

No Concelho de Cascais, o STAL continua a envidar esforços no sentido de criar condições no Município e nas Juntas de Freguesia para assinatura dos ACEP. Os trabalhadores da União de Freguesias Carcavelos/ Parede, estão em vantagem, com o acordo assinado, desde o final do anterior mandato, que lhes garantiu a recuperação de direitos, entre outros, os 25 dias de férias.

No Município de Cascais, as conversações parecem estar próximas de um desfecho favorável, faltando portanto a União de Freguesias de Cascais/Estoril, a Junta de Freguesia de Alcabideche e a Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana. Nesta última, já foram iniciadas as conversações aguardando-se que, muito em breve, se encontre o consenso desejável para ambas as partes.

MANIFESTAÇÃO 18 NOVEMBRO

Trabalhadores enchem Avenida da Liberdade

Em destaque na última edição deste Boletim esteve o apelo à participação de todos na manifestação nacional de 18 de Novembro. Foram milhares os trabalhadores que responderam ao apelo da CGTP-IN e desfilaram entre o Marquês e os Restauradores. Entre eles a grande participação dos trabalhadores do concelho. O PCP saúda esta grande iniciativa e todos os que nela participaram. A luta continua, unidos venceremos.

